



**ORDEM DO DIA  
PARA A 28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
EM 06 DE JUNHO DE 2018**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 988, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Proíbe a produção e a comercialização de qualquer produto que utilize penas e plumas de ganso, cisne ou outra espécie de ave no Estado. Pareceres nºs 1082 e 1083, de 2016, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Meio Ambiente, favoráveis. Parecer nº 1084, de 2016, da Comissão de Atividades Econômicas, favorável com emenda. Parecer nº 1085, de 2016, da Comissão de Finanças, favorável ao projeto e à emenda. Emenda nº 1 apresentada nos termos do inciso II do artigo 175 do Regimento Interno. Parecer nº 744, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Meio Ambiente, de Atividades Econômicas e de Finanças, favorável à emenda nº 1 com subemenda.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 21, de 2018, de autoria do Tribunal de Contas. Dispõe sobre a revisão geral anual de vencimentos e proventos dos servidores do Quadro do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Parecer nº 748, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Administração Pública e de Finanças, favorável.

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 940, de 2015, (Autógrafo nº 31455), vetado totalmente, de autoria do deputado Edmir Chedid. Determina a retirada das cancelas das praças de pedágio adaptadas ao sistema de "pedágio automático" de todas as rodovias do Estado. (Artigo 28, § 6º da Constituição do Estado).

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1174, de 2017, de autoria do deputado Teonilio Barba. Autoriza o Poder Executivo a conceder a isenção do ICMS - Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços, referentes aos insumos utilizados na construção das unidades habitacionais para famílias de baixa renda. Pareceres nºs 303 e 743, de

2018, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Finanças, favoráveis.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1185, de 2017, de autoria do deputado Chico Sardelli. Obriga a todos os estabelecimentos comerciais no Estado que disponibilizem copos descartáveis em cor predominantemente azul com a inscrição " Zero Açúcar" para utilização em máquinas de refrigerantes. Parecer nº 746, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos do Consumidor, favorável.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 91, de 2018, de autoria do deputado Carlos Cezar. Altera a Lei nº 15.661, de 2015, que institui o programa Lições de Primeiros Socorros na educação básica da rede escolar em todo o Estado. Com substitutivo. Parecer nº 747, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Educação e de Finanças, favorável ao substitutivo com subemenda.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 237, de 2018, de autoria do deputado Caio França. Dispõe sobre o uso do nome afetivo nos cadastros das instituições escolares, de saúde, cultura e lazer para crianças e adolescentes que estejam sob guarda de família adotiva. Parecer nº 745, de 2018, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Defesa dos Direitos da Pessoa, favorável.

#### PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 253, de 2013, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Dispõe sobre a isenção do IPVA para pessoa aposentada por invalidez e sobre a restituição proporcional na hipótese de privação dos direitos de propriedade do veículo em decorrência de dano causado por alagamento, enchente ou inundação. Pareceres nºs 2120 e 2121, de 2013, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favoráveis. Parecer nº 2122, de 2013, da Comissão de Finanças, contrário.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 906, de 2014, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr.. Dispõe sobre a criação de Observatório de Proteção Integral à Infância e Adolescência. Pareceres nºs 995, 996 e 997, de 2015, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos da Pessoa e de Finanças, favoráveis.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 861, de 2016, de autoria do deputado Fernando Cury. Institui o "Sistema Paulista de Cadastro e Doação de Medula Óssea". Pareceres nºs 1805, 1806 e 1807, de 2017, respectivamente, das Comissões de Justiça e Redação, de Saúde e de Finanças, favoráveis.